



MELHORAR O AMBIENTE DE NEGÓCIOS E INVESTIMENTOS

NA ÁFRICA OCIDENTAL

Resumo panorâmico do

Parceiro de implementação

Projecto

O Projecto apoia a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) para aprofundar a integração regional na África Ocidental para o benefício do sector privado.

O Projecto busca solucionar uma variedade de problemas relativos à política de investimento que constituem barreiras ao sector privado para investir efetivamente na região

O objectivo é aumentar o fluxo do IDE dentro da região e o fluxo de investimentos intra-regionais através de:

- Eliminação de barreiras a investimentos transfronteiriços;
- Promoção de regimes de incentivos de investimento mais transparente e sustentável; e
- Redução das incertezas do investidor decorrentes da imprevisibilidade da aplicação das regras de preços de transferência.

Período de Vigência

De 2014 a 2018

Participantes

A CEDEAO, a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), representantes de governos nacionais e investidores do sector privado a nível nacional, regional e internacional

Financiamento

A União Europeia

O Grupo Banco Mundial



Fortalecimento da estrutura política do ambiente de investimentos na região da CEDEAO

Projecto baseado no modelo das melhores práticas internacionais e personalizado para a África Ocidental

O Projecto está a apoiar a Comissão da CEDEAO para elaborar uma política do ambiente de investimento regional. O objectivo é definir uma

estrutura para os estados membros da CEDEAO, que irá possibilitar-lhes de alinhar seus padrões de política de investimentos nacionais com as melhores práticas internacionais.



Como um ponto de referência, a Comissão da CEDEAO selecionou como modelo a estrutura da política de investimentos da Organização para a



Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) e o relatório de Investimentos Transfronteiras (ITF) do Group Banco mundial. Os Peritos de investimento global consideram a estrutura da OCDE como o melhor modelo das boas práticas internacionais no âmbito dos investimentos e medidas de investimentos relacionadas ao comércio.





A OCDE tem uma visão investimento através da aspectos de investimento, que investimento e a capacidade obstáculos de entrada de investimento relacionadas ao

A Ferramenta de Avaliação do Desempenho Regional da CEDEAO

O que é e como vai funcionar?

A Ferramenta de Avaliação do Desempenho Regional da CEDEAO é um instrumento inovador que serve como barómetro política simples, flexível e evolutiva.

Permitirá que tanto a Comissão da CEDEAO como os formuladores de políticas dos Estados Membros realizem as seguintes:

- Identificar barreiras de investimentos tanto a nível nacional como regional;
- Acompanhar o progresso do ambiente de investimento nacional (AI) e as reformas da política de investimento (PI);
- Compartilhar as boas práticas e reformas de investimentos propostas tanto a nível nacional como regional ; e
- Incentivar a criação de um ambiente de investimento transparente e atraente para melhorar o desenvolvimento sustentável do sector privado na África Ocidental.

A Ferramenta de Avaliação do Desempenho medirá o compromisso de cada Estado Membro para implementar as reformas adaptadas pela CEDEAO através de planos de acção e agendas de reforma do AI ou PI “pré-acordadas” que aderiram a padrões de boas práticas, incluindo aqueles estabelecidos na estrutura do PI da CEDEAO.

Para esta finalidade, a Ferramenta apoia e monitora a implementação das reformas de investimento da CEDEAO no nível individual dos Estados Membros ao alinhar as iniciativas de reformas nacionais às estruturas PI da CEDEAO.



expansiva para a geração de avaliação de todos os incluem: a facilitação de de promoção, eliminação dos investimentos, as medidas de comércio, a política da concorrência, o capital humano e a regulamentação laboral, estrutura física e a política de desenvolvimento, infraestrutura financeira política de desenvolvimento, governança corporativa, e a conduta de negócio sustentável como a protecção do meio ambiente. A política também fornece uma referência para a aplicação de incentivos fiscais em uma configuração de economia regional.

Os países da OCDE que aderem a estas práticas tendem a gerar mais investimentos do que os países que não adoptam este sistema em seu processo de geração de investimento.

Com o objectivo de aumentar a geração de investimentos nas condições desafiadoras do mercado interno da CEDEAO, a Comissão da CEDEAO escolheu os melhores princípios de investimento global e as adapta as



condições económicas, sociais e empresariais exclusivos da África Ocidental.

A pedido da Comissão da CEDEAO, o Projecto elaborou uma política provisória, que será discutida com os Estados Membros em uma reunião regional em junho de 2017.

Aprofundamento da integração regional através do diálogo nacional e regional

A ferramenta de avaliação do desempenho regional da CEDEAO

O Projecto está a promover a agenda da integração regional e está a trabalhar simultaneamente nos níveis regionais e nacionais para identificar, solucionar e monitorar a eliminação de barreiras específicas que prejudicam a expansão dos investimentos transfronteiriços.

No centro desta agenda está a criação de um forte mecanismo do Diálogo Público-Privado Regional (DPP). O primeiro fórum do DPP foi iniciado através de uma oficina técnica inaugural em Dacar em junho de 2015 e agora está a avançar para o nível nacional.

Os planos de acção nacionais estão a ser elaborados a partir dessas estruturas nacionais do DPP na Costa do Marfim, no Mali, no Senegal, no Gana, na Nigéria, e na Guiné para o compromisso formal do monitoramento da avaliação do desempenho regional do Projecto.

Este exercício deu às partes interessadas uma oportunidade para discutirem as barreiras de investimento nacional e regional, as reformas relevantes a serem pesadas e implementadas, as melhores práticas nas reformas nacionais e regionais e modos de criar um ambiente de investimento transparente e atraente para o sector privado na região da África Ocidental.

A equipa do Projecto criou a ferramenta de avaliação do desempenho para avaliar e monitorar as reformas regulatórias que eliminarão as barreiras e aumentarão o investimento direto estrangeiro na região da África Ocidental. A avaliação do desempenho regional será utilizada para monitorar o progresso da implementação da reforma de 6 a 7 países em foco no Projecto.



Para promover a integração desejada no âmbito do investimento regional que poderá contribuir para a criação de empregos sustentáveis e a redução da pobreza na África Ocidental, a Ferramenta de Avaliação do Desempenho deve em primeiro lugar gerar a dinâmica de reforma necessária ao nível nacional nos Estados Membros individuais. Um dos objectivos principais da ferramenta é de iniciar e monitorar o processo de reforma nacional do AI ou PI ao desencadear a avaliação das respectivas estruturas de investimento nacional e em seguida destacar as reformas necessárias para cada estado membro na sua procura para obter melhor transparência para o investimento direto estrangeiro na



região da CEDEAO.

A equipa do Projecto embarcou em um ateliê de formação itinerante e organizou várias oficinas com cinco Estados Membros do grupo piloto (Côte d'Ivoire, Gana, Senegal, Mali, e Nigéria) juntamente com os representantes das partes interessadas do sector privado para apresentar e pedir a aceitação da estrutura da Ferramenta de Avaliação do Desempenho no AI. A equipa obteve a opinião das partes interessadas principais dos sectores publicos e privados em aqueles Estados Membros e em seguida integrou estes comentários e opiniões na composição da Ferramenta da Avaliação do Desempenho. Agora que os ateliês itinerantes foram completados, a equipa do Projecto está agora preparada para convidar os representantes dos sectores publico e privado dos cinco países pilotos para participar na mesa-redonda regional para a Avaliação do Desempenho. O lançamento regional da Ferramenta da Avaliação do Desempenho acontecerá em junho de 2017.

A melhor prática regional em matéria das Zonas Económicas Especiais

A criação de uma lei modelo da ZEE para os Estados Membros da CEDEAO

O Projecto já apoia os governos do Senegal e Mali para melhorar a legislação relativa às Zonas Económicas Especiais (ZEE). No Senegal, uma nova lei de ZEE foi adoptada em janeiro de 2017. A assistência técnica foi providenciada pela equipa do Projecto para o governo do Senegal no processo de alinhamento da lei com os requisitos da Organização Mundial do Comércio (OMC) relativo aos Acordos sobre Subvenções e as Medidas de Compensação (OMC - ASMC). A proposta original da lei incluiu provisões que violaram os princípios da OMC-ASMC, um requerimento da exportação de 80% de produtos fora da área. A equipa do Projecto fez recomendações sobre como enfrentar este problema e adoptar uma lei em sintonia com os princípios da OMC.

No Mali, o Projecto forneceu assistência ao governo para propôr uma lei da ZEE de um modo bem inclusivo ao envolver peritos do Ministério do Desenvolvimento Industrial no processo. O resultado é uma lei de melhor prática da ZEE que o Ministério apresentará para aprovação em maio de 2017 ao Conselho de Ministros Malienses.

A equipa de Projecto pretende propôr para a Comissão da CEDEAO que a proposta da lei da ZEE do Mali seja adoptada como modelo da ZEE para todos os Estados Membros. A lei proposta que representa o resultado de anos de experiência internacional de legislação da ZEE, é uma síntese das melhores práticas aplicadas em ZEEs bem sucedidas no mundo todo. A lei apoia ao funcionamento regional da ZEE. É raro na medida em que alcança um equilíbrio entre o Sistema inglês do Lei Comum e o Sistema do Direito Civil francês, uma integração do melhor dos dois mundos que a torna aplicável tanto para os países anglófonos como para os francófonos da CEDEAO.



Preços de transferência: A Fazer o balanço e determinar a direção de mais progresso

Objectivo: Proteger a base fiscal e construir um forte ambiente de investimento em toda a África Ocidental

O component de preços de transferência do Projecto apoia a mobilização de recursos domésticos e ajuda os países a proteger suas bases fiscais na partilha de lucros.

O Projecto, em conjunto com a CEDEAO e o Serviço da Receita Federal (SRF) co-organizou a primeira reunião Regional de Preços de transferência para Estados Membros da CEDEAO na Nigéria em outubro de 2016. A reunião forneceu uma plataforma para os países da CEDEAO tomarem conhecimento da situação actual do preços de transferência na região e determinar as medidas a serem tomadas.



Mais de 60 representantes participaram no evento de 3 dias, que incluiu funcionários das autoridades tributárias e da política fiscal dos 15 Estados Membros, bem como representantes da Comissão da CEDEAO, da União Europeia, da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMAO), do Grupo Banco Mundial, da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), da Federação de Administração Tributária Africana (FATA) e da Federação de Administração Tributária da África Ocidental (FATAO).

A reunião foi uma oportunidade para os países da CEDEAO compartilharem suas experiências de introdução e implementação de regras de preços de transferência. Iniciativas foram identificadas para ajudar os Estados Membros a enfrentar os desafios da implementação decorrentes da escassez de dados, informações e capacidade limitada.

“Os impostos das empresas multinacionais constituem uma quantidade substancial de ingressos. O ateliê foi uma boa oportunidade para a Nigéria e outras autoridades das receitas fiscais da CEDEAO. Estes Estados membros regionais devem colaborar na proteção de sua base tributável“...collaborar na proteção de sua base tributária com regimes eficientes de preços de transferência...” disse Mathew Gbonjubola, Chefe da Receita Internacional, SRF.

A reunião determinou a direcção futura dos regimes de preços de transferência nos países da CEDEAO á luz das iniciativas regionais e internacionais. Os Estados Membros discutiram as opções de cooperação mútua para introducir regimes de preços de transferência eficiente em toda a região.

Destaque do componentes:



Política de entrada de investimentos

Resultados até então:

- O questionário do Progresso da Avaliação do Desempenho desenvolvido
- O Clima de Investimento/reforma da política e nota de estratégias políticas elaboradas apresenta um resumo das recomendações para cada país baseado na análise da Avaliação do Desempenho
- As apresentações de oficinas itinerantes nacionais de avaliação do desempenho com representantes principais dos sectores privados ou publicos de Mali, Senegal, Nigéria e Côte d'Ivoire; aprovação do scorecard de países individuais e feedback recebido
- Os comentários dos estados membros integrados na Estrutura da Política de Investimento da CEDEAO de acordo com o Direito Civil francófono e as tradições do Common Law (lei comum) anglófono para finalizar o texto relevante
- A assistência técnica fornecida às partes interessadas na Côte d'Ivoire e Senegal para implementar os Planos de Acção acordado do AI/PI
- Lançamento da Ferramenta de Avaliação do Desempenho do AI da CEDEAO (uma mesa-redonda regional com os países pilotos)
- As contribuições para duas leis da ZEE aprovadas no Senegal
- Proposição das leis de mediação aprovados pelo governo de Mali

Incentivos ao investimento

Resultados até então:

- Conclusão dos estudos de incentivos de Gana e Mali (um inventário de regimes de incentivos) preparado e compartilhado com outros governos nacionais
- Oficina regional entre pares para conscientizar os países membros sobre os custos fiscais/impactos distorcivos que podem surgir de regimes de incentivos a investimento ineficazes e mal estruturada

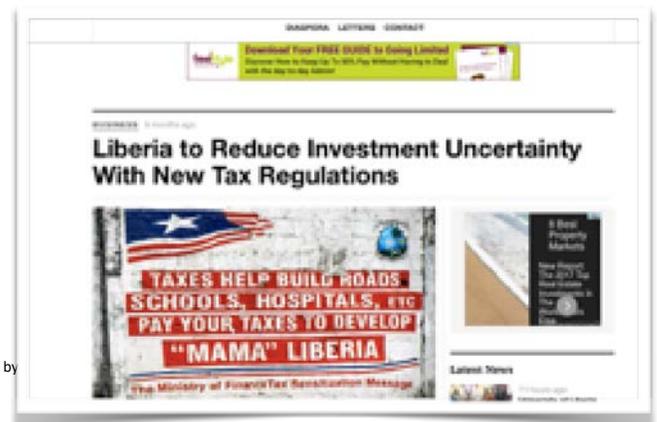
Resultados obtidos até então na harmonização preços de transferência:

- Avaliação do relatório de preços de transferência e dos regimes em vigor em todos os 15 países da CEDEAO finalizada e distribuída durante a reunião regional
- A primeira reunião regional sobre Preços de transferência realizada em outubro de 2016

Libéria

- As regulações de PT foram revisadas pelo governo da Libéria com apoio da equipa do Projecto e entraram em vigor em julho de 2016
- O apoio à política com a criação de guias práticas de preços de transferência, regras de subcapitalização e programa de Acordos Prévio de Preços (APP)

This project is funded by





- Ajuda com avaliação de riscos de preços de transferência, selecção de comparação de preços de transferência, criação do cronograma de declaração de preços de transferência para pequenos contribuintes
- O apoio constante através de reforços de capacidades na condução de auditorias de preços de transferência

Nigéria

- Lançamento do trabalho regional sobre comparação de preços de transferência na CEDEAO
- Apoio da política com a revisão da legislação de preços de transferência, a introdução de regras de subcapitalização e o requisito da documentação de preços de transferência alinhados com as recomendações da OCDE MPA
- Apoio para a criação de um manual de preços de transferência, selecção de compartimentos de preços de transferência
- Suporte contínuo através de reforço de capacidade na condução de auditorias de preços de transferência

Senegal

- Apoio à política com a revisão da legislação e regulação de preços de transferência, introdução de regras de subcapitalização e novos requisitos de documentação de preços de transferência alinhados com as recomendações da OCDE MPAs
- Ajuda técnica na elaboração do cronologia de declaração de preços de transferência e manual de auditoria de preço de transferência, selecção de comparação de preços de transferência, regime de isenção e 6 regras do método e avaliação de riscos de preços de transferência
- Apoiotécnico através de reforço de capacidade (formação de funcionários responsáveis para a unidade de preços de transferência)





Informação para contacto

Se houver alguma dúvida sobre o Projecto ou sobre as informações deste Boletim, entre em contacto com:

Obiajulu Ihonor

Líder do Programa e Especialista Superior do Sector Privado

Grupo Banco Mundial

102 Yakubu Gowon Crescent Asokoro, Abuja, Nigéria

Telefone (fixo): +234-703-5830641-4; Móvel: +234-813-5341496

Email: oihonor@ifc.org

Este boletim foi produzido com o apoio financeiro da União Europeia (UE). As opiniões nela expressadas não podem de forma alguma ser tomadas como a posição oficial da UE. O Grupo Banco Mundial é responsável pelo conteúdo desta publicação.